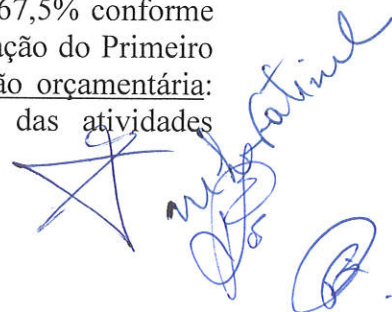
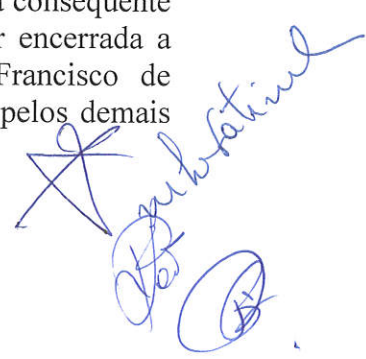


ATA DA REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR REGIONAL PARA IMPLEMENTAÇÃO DE GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE ATENÇÃO PRIORITÁRIA E ORÇAMENTÁRIA DO 1º GRAU DE JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS REALIZADA NO DIA 1º DE FEVEREIRO DE 2016.

Ao 1º (primeiro) dia do mês de fevereiro do ano de 2016 (dois mil e dezesseis), às 9:00 horas, no gabinete do Juiz Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas, Dr. Maurílio da Silva Ferraz, reuniram-se os membros do Comitê Gestor de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau. Estiveram presentes à reunião os seguintes componentes: os Juízes MAURÍLIO DA SILVA FERRAZ, nesta ocasião substituindo o Juiz Presidente do Comitê, Dr. Orlando Rocha Filho, MARIA LÚCIA DE FÁTIMA BARBOSA PIRAUÁ, CELYRIO ADAMASTOR TENÓRIO ACCIOLY e os servidores, RENATO BARBOSA PEDROSA FERREIRA, RAQUEL FAIÃO RODRIGUES e GUSTAVO LUIZ FRANCISCO DE MACÊDO. Iniciada a reunião, o Juiz Auxiliar da Presidência, Dr. Maurílio da Silva Ferraz, solicitou uma explanação geral acerca do desenvolvimento das ações implementadas pelo Comitê Gestor até a presente data, enaltecendo a importância da rede de priorização do primeiro grau. Ciente da situação, o Dr. Maurílio solicitou que estabelecêssemos uma data para realização de reuniões ordinárias mensais do Comitê, durante o ano de 2016, tendo sido acordado por unanimidade que as reuniões acontecerão nas primeiras sextas-feiras de cada mês, às 9:00 horas, na sala dos Juízes Auxiliares da Presidência, no 5º andar do prédio sede do Tribunal de Justiça. Iniciada a análise da pauta principal da presente reunião, qual seja, o preenchimento do relatório de acompanhamento do Conselho Nacional de Justiça – CNJ relativo aos resultados das ações desempenhadas pelo Tribunal de Justiça de Alagoas em relação à implantação da Política Nacional de Atenção Prioritária ao Primeiro Grau de Jurisdição, o Comitê analisou cada linha de atuação disposta no art. 2º da Resolução CNJ nº 194 de 26 de maio de 2014, emitindo suas considerações. Vejamos: **1) Alinhamento ao planejamento estratégico:** dentre as ações desenvolvidas nesta linha de atuação, em vias de implementação pelo tribunal, destacam-se aquelas relacionadas à melhoria da gestão de pessoas, à adoção de soluções alternativas de conflitos, à instituição da governança judiciária e ao aperfeiçoamento na gestão de custos, trazendo benefícios diretos ao primeiro grau de jurisdição, tais como: desafogamento da demanda processual; aperfeiçoamento dos servidores; otimização de investimentos financeiros na primeira instância e uma reorganização administrativo-operacional, primando pela eficiência. O percentual de execução destas ações, na avaliação do Comitê Gestor, importa em 52,50%. **2) Equalização da força de trabalho:** a primordial ação, neste sentido, trata-se da distribuição de servidores das áreas de apoio direto à atividade judicante entre o primeiro e segundo graus proporcionalmente à demanda de processos, tendo sido constatado pelo Comitê, com base nos números apresentados pelos departamentos competentes, que a força de trabalho, em que pese ainda insuficiente, encontra-se em fase de equalização, e, para tanto, se faz necessário a realização de concurso público, entretanto, o percentual de execução desta ação importa em 80,27%, superior, inclusive, à média nacional, que gira em torno 67,5% conforme divulgado pelo CNJ em reunião do Comitê Gestor da Rede de Priorização do Primeiro Grau realizada no dia 24 de junho de 2015, em Brasília. **3) Adequação orçamentária:** visando a garantia de orçamento adequado ao desenvolvimento das atividades

Substanciel


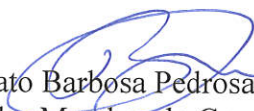
judiciárias de primeira instância, o Comitê entende que esta linha de atuação encontra-se em fase de equalização. **4) Infraestrutura e tecnologia:** tratando-se de investimentos em construções e manutenções prediais no primeiro grau, bem assim, investimentos em tecnologia da informação, o Judiciário Alagoano protagonizou um avanço médio de 50% em relação ao estado em que se encontrava nos últimos anos, contudo, em se tratando de ações de caráter continuado, o comitê entende que as ações estão satisfatórias e em constante evolução. **5) Governança Colaborativa:** visando fomentar a participação de magistrados e servidores na governança da instituição, o Tribunal envia diversas ações. Neste sentido, podemos exemplificar a instituição do Comitê de Gestão Estratégica – CGE através da Resolução 02/2013, Órgão consultivo e deliberativo, cuja composição integram representantes da Associação dos Magistrados e do Sindicato dos Servidores. Outro ponto debatido de fundamental importância é a necessidade da aprovação do plano de cargos e salários dos servidores que se encontra em tramitação no Pleno do Tribunal de Justiça, primando pela valorização funcional, e, conseqüentemente, a melhoria dos serviços jurisdicionais, neste caso, o percentual de execução gira em torno de 30%. **6) Diálogo institucional:** diversas ações neste sentido estão sendo desenvolvidas pelo Tribunal, dentre as quais destacam-se as práticas de palestras nas universidades por intermédio da Escola Superior da Magistratura – ESMAL, parcerias com a Defensoria Pública e a OAB primordialmente em relação à implantação do sistema informatizado e virtualização processual, implantação da videoconferência, dentre outros. O percentual de execução desta linha de atuação gira em torno de 80%. **7) Prevenção e racionalização de litígios:** destacam-se a criação e instalação do Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania – CJUS e do Núcleo de Apoio às Unidades Judiciárias – NAUJ, o primeiro visando a introdução de mecanismos de soluções consensuais de conflitos, o outro, prestando auxílio cartorário direto nas unidades judiciárias de primeira instância que apresentam acúmulo de processo, ambos com o intuito de desafogar a demanda do 1º grau de jurisdição. Encontrando-se ainda em vias de expansão, consideramos um percentual de execução em relação a esta linha de atuação na ordem de 85%. **8) Estudos e Pesquisas:** nesta linha de atuação, a Assessoria de Planejamento e Modernização do Tribunal realiza pesquisas de satisfação dos usuários do sistema judiciário, identificando os pontos fortes e fracos da instituição, visando a tomada de decisões inerentes ao aperfeiçoamento do 1º grau. Encontrando-se ainda em fase de expansão, entendemos que o percentual de execução, neste caso, gira em torno de 50%. **9) Formação Continuada:** O Tribunal, através da Escola Superior da Magistratura – ESMAL, em relação a esta linha de atuação obteve um considerável avanço, visto a implantação de um amplo programa de capacitação de servidores e magistrados que atuam no 1º grau, atingindo um índice de execução de 80%. Após a avaliação de todas as linhas de atuação, os membros presentes do Comitê Gestor, decidiram por unanimidade, agendar a próxima reunião ordinária para o dia 4 de março de 2016, às 9:00h, na sala do Presidente do Comitê, localizada no 5º andar do prédio sede do Tribunal. Um ponto que deverá ser abordado na próxima reunião diz respeito à necessidade do Comitê Gestor encaminhar ofício ao Presidente, solicitando a tomada de decisão em relação a algumas reivindicações/ações voltadas ao 1º grau, primordialmente no que tange à análise do anteprojeto de lei que visa reestruturar o Plano de Cargos e Carreiras dos servidores, que já se encontra pautado, e a conseqüente realização de concurso público. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião. E para constar, eu _____, Gustavo Luiz Francisco de Macêdo, lavrei a presente ata que lida e achada conforme será assinada pelos demais membros presentes à reunião.



Maurílio da Silva Ferraz
Juiz Auxiliar da Presidência

Celyrio Adamastor Tenório Accioly
Juiz Membro do Comitê Gestor


Maria Lúcia de Fátima Barbosa Pirauá
Juíza Membro do Comitê Gestor


Renato Barbosa Pedrosa Ferreira
Servidor Membro do Comitê Gestor


Gustavo Luiz Francisco de Macedo
Servidor Membro do Comitê Gestor


Raquel Faião Rodrigues
Servidora Membro do Comitê Gestor